



Concessionária da Rodovia MG 050 S.A.

CNPJ nº 08.822.767/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Concessionária da Rodovia MG 050 S.A. - A Concessionária da Rodovia MG 050 S.A. está sediada no município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais. Constituída em 16/05/2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22/05/2007, de acordo com o termo de Contrato de Concessão Patrocinada para exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas do Governo do Estado de Minas Gerais - ("SETOP").

combinação de dois fatores: i) o aumento de 8,65% do tráfego em eixos equivalentes em 2024 com relação a 2023; e ii) o reajuste do valor da tarifa básica de pedágio em +3,80% a partir de 13/06/2024.

Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas:

Table with columns: 2024, 2023, Δ. Rows include Custos e Despesas (R\$ '000), Custos e Despesas Inerentes à Operação, Funcionários, Materiais e equipamentos, etc.

O resultado financeiro da Companhia foi de R\$ (62,0) milhões em 2024 (1,8%). O principal fator que explica a variação entre os períodos é a redução da receita financeira.

Resultado Líquido (R\$ '000)

Table with columns: 2024, 2023, Δ. Rows include Resultado Líquido antes do IR e CS, Imposto de Renda e Contribuição Social, Resultado Líquido, % Margem Líquida.

O prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos passou de R\$ (33,6) milhões no exercício encerrado em 31/12/2023 para R\$ (56,9) milhões no exercício encerrado em 31/12/2024. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos: O imposto de renda e a contribuição Social correntes e diferidos passaram de R\$ (3,6) milhões no exercício encerrado em 31/12/2023 para R\$ 7,6 milhões no exercício encerrado em 31/12/2024.

Demonstração do Resultado (Em milhares de reais - R\$)

Table with columns: 2024, 2023. Rows include Receita Operacional Líquida, Custos dos Serviços Prestados, Lucro Bruto, Receitas (Despesas) Operacionais, Despesas gerais e administrativas, etc.

Despesas Relacionadas com Ampliação e Manutenção

Table with columns: 2024, 2023, Δ. Rows include Conserva especial, Conserva, manutenção e operação da rodovia, Utilização da provisão para manutenção, Despesas com construção.

Série

Table with columns: Quantidade emitida, Taxas contratuais (%), Vencimentos, 2024, 2023. Rows include 5ª emissão, Saldo líquido, Caixa, Dívida Líquida.

Lucro Líquido do Exercício

Table with columns: 2024, 2023. Rows include Receita Líquida, Receita Líquida (ex Receita de Construção), Custos Operacionais, Custos de Construção, etc.

Total Custos e Despesas Operacionais

Table with columns: 2024, 2023, Δ. Rows include Total Custos e Despesas Operacionais (ex Custos de Construção), Custos e despesas inerentes à operação (passaram de R\$ 164,7 milhões no exercício encerrado em 31/12/2023 para R\$ 187,4 milhões no exercício encerrado em 31/12/2024).

Os custos e despesas inerentes à operação (passaram de R\$ 164,7 milhões no exercício encerrado em 31/12/2023 para R\$ 187,4 milhões no exercício encerrado em 31/12/2024, um aumento de 13,8% em comparação ao ano anterior, ocasionado principalmente pelo aumento na provisão para riscos de contingências: i) as demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos.

EBITDA Ajustado

Table with columns: 2024, 2023, Δ. Rows include Receita Líquida, Receita Líquida (ex Receita de Construção), Custos Operacionais, Custos de Construção, etc.

EBITDA (000)

Table with columns: 2024, 2023, Δ. Rows include Receita Líquida, Receita Líquida (ex Receita de Construção), Custos Operacionais, Custos de Construção, etc.

EBIT

Table with columns: 2024, 2023, Δ. Rows include Depreciação e Amortização, EBITDA, Reversão/(Provisão) de Contingências, Reembolso de Seguros, Provisão Manutenção, Não Recorrentes, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustada.

O EBITDA ajustado da Companhia - métrica utilizada para melhor refletir a geração operacional de caixa, pois exclui efeitos contábeis da provisão para manutenção futura e efeitos não recorrentes foi de R\$ 175,1 milhões em 2024 (+12,6%).

Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro

O lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 27,4 milhões no exercício encerrado em 31/12/2023 para R\$ 5,2 milhões no exercício findo em 31/12/2024.

Resultado Financeiro Líquido

Table with columns: 2024, 2023, Δ. Rows include Despesas Financeiras, Despesas Financeiras, Juros e Variações Monetárias sobre Debêntures, AVP da Provisão de Manutenção, Outras Despesas Financeiras, Resultado Financeiro Líquido.

6. Governança Corporativa

A Controladora Via Appia Concessões adota rigorosas práticas de Governança Corporativa, alinhando-se aos mais altos padrões do mercado, aderente aos principais padrões previstos no segmento do Novo Mercado, o mais exigente da Bolsa de Valores, e seguindo as principais diretrizes do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Para fortalecer nossa aderência aos melhores padrões, fazemos revisão recorrente das nossas políticas internas e adequação da estrutura organizacional para um modelo mais ágil, enxuto e eficiente. A estrutura de governança corporativa da Controladora Via Appia Concessões é composta por órgãos que garantem a transparência, ética e eficiência em nossas operações.

5. Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº 162, de 13/07/2022, informamos que, no exercício encerrado em 31/12/2024, não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que o auditor seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

6. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024 e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo do exercício por ação, básico e diluído - em reais)

Main financial statements table with columns: Nota, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include BALANÇOS PATRIMONIAIS, DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS, DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Table with columns: Nota, Capital social, Reserva de capital, Prejuízos acumulados, Total. Rows include Saldos em 31/12/2022, Aumento de capital, Prejuízo do exercício, Saldos em 31/12/2023, Prejuízo do exercício, Saldos em 31/12/2024.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Concessionária da Rodovia MG050 S.A. ("Companhia"), sediada em Divinópolis, Estado de Minas Gerais, e constituída em 16/05/2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22/05/2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para a exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Governo do Estado de Minas Gerais (SEINFRA) e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24/01/2003. A Companhia tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Uatubá) - Itaipua - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do km 0,00 ao km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. A Companhia obteve, em 06/03/2017, o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em 27/05/2024, em observância à Resolução CVM nº 44, a Companhia informou a seus investidores e ao mercado em geral que, nesta data, foi concluída a operação que resultou na transferência direta de 100% do capital social da Companhia, da AB Concessões S.A. para a Via Appia FIP Infraestrutura ("FIP Via Appia"). Com essa operação, a Companhia passou a ser uma controlada indireta do FIP Via Appia e uma controlada da Via Appia Concessões S.A. O contrato de concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados, o apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007. Os riscos relacionados à demanda de tráfego da rodovia, em relação ao volume projetado no estudo preliminar de tráfego, constantes no contrato de concessão, são compartilhados entre as partes na proporção de 50% para a Companhia e de 50% para a SEINFRA, devendo as consequências serem consideradas na determinação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As variações da receita de pedágio verificadas a maior ou a menor, dentro da faixa de até 10%, são revertidas ou de responsabilidade integral da Companhia, e as variações verificadas a maior acima da faixa de 10% são compartilhadas entre a Companhia e a SEINFRA, conforme anteriormente especificado. As variações de receita de pedágio a menor, verificadas além da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a Companhia e a SEINFRA mediante a composição do reequilíbrio econômico do contrato. As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de junho, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ocorrida até 30 de abril. Além da arrecadação pelo pedágio, o contrato prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga pela SEINFRA. Essa contraprestação pecuniária deve ser paga mensalmente à Companhia visando assegurar as condições necessárias à prestação do serviço, avaliada por meio do Quadro de Indicadores de Desempenho (QID), cuja aferição é efetuada, mensalmente, por Verificador Independente, contratado pelo Poder Concedente. O valor da contraprestação pecuniária mensal é de, aproximadamente, R\$ 1.659 e é corrigido anualmente pelo IPCA. Em 11/05/2017 foi homologada a versão definitiva do Termo Aditivo do Contrato de nº 7 ("TA07"). O referido TA07 tem como objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, por meio principalmente de: (a) Uma atualização do cronograma de execução das intervenções obrigatórias para reequilíbrio econômico-financeiro; (b) Reconhecimento do valor a receber de contraprestação pecuniária mencionado na Nota 5 e a respectiva atualização monetária. Este valor foi compensado com os valores necessários à conclusão de todos os processos em arbitragem junto ao Poder Concedente, e demais processos administrativos, bem como regularização dos pagamentos futuros de contraprestação pecuniária. Nesse TA07 também foi reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato a favor da Companhia que será oportunamente reequilibrado nos termos do Contrato de Concessão. Após a homologação do TA07 definitivo, a Companhia assumiu compromissos decorrentes do contrato de concessão patrocinada, dos quais constam previstos para as rodovias MG-050, BR-265 e BR-491 até o ano de 2025, conforme segue: • Duplicações ao longo da rodovia: 16,63 km (em negociação na TA-08); • Implantação de marginais: 6,1 km; • Corções de traçado ao longo da rodovia: 12,05 km; • Implantação de terceiras faixas ao longo da rodovia: 22,09 km; • Implantação/Reformulação de interseções, rotatórias alongadas, dispositivos em nível e em desnível ao longo da rodovia, passagens inferiores de veículos e retornos: 28 un; • Passagens superiores, inferiores e passarelas: 10 un. Para o cumprimento dos compromissos remanescentes descritos, a Companhia estima, a valores nominais, na data-base 31/12/2024, investimentos para melhoria na infraestrutura nos valores aproximados de R\$ 333.523 e de R\$ 109.261 (R\$ 467.605 e de R\$ 123.769 em 31/12/2023) referentes à recuperação

e manutenção, respectivamente, até o final da concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão. Referidas estimativas de investimentos foram classificadas e segregadas levando-se em consideração o seguinte: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram registrados considerando-se a totalidade do contrato de concessão patrocinada e estão apresentados a valor presente, conforme mencionado na Nota 11. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será em ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado das obras e dos bens, cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Eventuais recomposições do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato serão discutidas com o Poder Concedente, conforme previsto no Contrato de Concessão. Capital circulante negativo: Em 31/12/2024, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 81.597 (R\$ 91.567 em 31/12/2023). A Companhia possui geração de caixa oriunda de atividades operacionais positivas que, somado ao caixa disponível, permite que seus compromissos de curto prazo sejam honrados. Adicionalmente, as debêntures a pagar possuem garantia da controladora Via Appia Concessões S.A. 2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais ("IFRS Accounting Standards"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM. A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 31/03/2025. Base de mensuração, moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma e são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão para a amortização dos ativos intangíveis; determinação de taxas de desconto a valor presente, utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo; determinação da provisão para manutenção e investimentos; determinação da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários e cronograma esperado de desembolsos; e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, e seus efeitos são reconhecidos no período em que são revisadas. As informações sobre julgamentos e estimativas críticas, referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir: a) Contabilização do contrato de concessão patrocinada: Na contabilização do contrato de concessão patrocinada, conforme determinado pela interpretação técnica ICPIC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no de que diz respeito à: (i) aplicação da interpretação do contrato de concessão patrocinada; e (ii) determinação e classificação dos gastos de recuperação e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão patrocinada.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ADICIONAIS

Table with columns: Nota, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Receitas, Receita de arrecadação com pedágio, Receita de construção, Outras receitas - contraprestação pecuniária.

Insumos adquiridos de terceiros

Table with columns: 2024, 2023. Rows include Custos dos serviços prestados por terceiros, Custos dos serviços de construção, Materiais, energia e serviços de terceiros, Outros.

Valor adicionado bruto

Table with columns: 2024, 2023. Rows include Amortização, Valor adicionado líquido produzido, Valor adicionado recebido em transferência.

Valor adicionado total a distribuir

Table with columns: 2024, 2023. Rows include Distribuição do valor adicionado, Pessoal e encargos, Remuneração direta, Benefícios, Fundo de garantia do tempo de serviço - FGTS, Impostos, taxas e contribuições: Federais, Estaduais, Municipais, Remuneração de capitais de terceiros: Juros, Outras, Remuneração de capitais próprios: Prejuízos do exercício.

Contrato de Concessão recebeu o tratamento contábil de ativo intangível devido às características mencionadas na Nota 1. Nos termos do contrato de concessão dentro do alcance dessa interpretação técnica, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. b) Momento de reconhecimento do ativo intangível: A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão patrocinada, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (i) investimentos que geram potencial de receita adicional e (ii) investimentos que não geram potencial de receita adicional. Para os investimentos que geram potencial de receita adicional, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível. Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura. Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota 11. c) Provisão para manutenção e investimentos referente ao contrato de concessão patrocinada: A contabilização da provisão para manutenção, investimentos, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida à despesa de manutenção do exercício ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. A estimativa da provisão de manutenção envolve o uso de premissas tais como: (i) planejamento dos trabalhos de reparo, substituição, (ii) renovação de componentes individuais da infraestrutura, (iii) duração dos ciclos de manutenção, (iv) estado de reparo dos ativos, (v) o custo esperado para categorias homogêneas de intervenção, e (vi) taxa de desconto. O passivo, calculado a valor presente, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a



continuação

avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Esta avaliação inclui: • as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas; • eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • os riscos que o gerente do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins da avaliação do principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, são considerados: • eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo: baseados na performance do ativo). Mensuração subsequente: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Passivos financeiros - classificação e mensuração subsequente: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, por derivativo ou por designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR são mensurados pelo valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Desreconhecimento: Ativos Financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos Financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil existente e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não são transferidos pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante líquido à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas em crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em cada data do balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrerem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do devedor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de provisão para perdas de crédito. Perda no balanço patrimonial: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Baixa: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. 2.2 Ativo intangível: A Companhia reconhece ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de uma curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso, já que o método de reconhecimento de amortização por meio da projeção da curva de tráfego é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativo contratual (infraestrutura em construção) representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria (Nota Explicativa nº 7). A infraestrutura em construção representa os ativos ainda em fase de construção, cuja obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo em que esta é construída. 2.3 Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a eventual perda. Por tratar-se de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos de concessão como um todo com base em seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflete, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado seja menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a não recuperação de ativos intangíveis nos exercícios finais em 31/12/2024 e 2023. 2.4 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Impostos correntes: As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas sobre sua base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque inclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONCESSIONÁRIA RODOVIA MG 050 S.A.

lucros tributáveis futuro contra os quais as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia fundamentadas em estudo técnico de viabilidade que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além das premissas de crescimento decorrente da atividade operacional da Companhia, tais como: (i) volume de tráfego; (ii) taxas de inflação esperada e (iii) reduções ou crescimentos econômicos. 2.5 Provisões: Reconhecidas para obrigações presentes (fiscal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e seu valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na Nota 12. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. 2.6 Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. 2.7 Custos de empréstimos: Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificado são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. 2.8 Provisão para manutenção: A provisão é decorrente dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. 2.9 Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão aos usuários. Receita de contraprestação pecuniária: Oriunda do contrato de concessão patrocinada, é paga mensalmente pela SEINFRA à Companhia visando assegurar as condições necessárias para a continuidade da prestação do serviço aos usuários, conforme mencionado na Nota 1. Receita de construção: A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria referente ao contrato de concessão patrocinada é reconhecida em virtude do estágio de conclusão das obras realizadas e dos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados. Quando a Companhia presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização da receita de construção, a administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços. Também é efetuada análise dos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa que efetua os serviços de construção. As receitas relativas à construção da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura. No exercício findo em 31/12/2024, a Companhia reconheceu, como receita de construção, o montante de R\$ 13.803 (R\$ 62.577 em 31/12/2023), e custo de construção nos mesmos valores. Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures, considerando os efeitos dos ajustes a valor presente. 2.10 Resultado líquido e diluição por ação: O resultado por ação básico e calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social na data do balanço. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações pontuais com efeito de diluição. Ações pontuais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados. A Companhia não possui ações com potencial de diluição. 2.11 Dividendos: A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei ou pelo Estatuto Social, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e o pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte aquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da rodovia e executadas as intervenções obrigatórias, previstas para dezembro de 2029. 2.12 Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado foi preparada a partir das demonstrações financeiras e segue as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09(R1) - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista, nem obrigatória, conforme as IFRS. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. 3. Novas normas, alterações e interpretações de normas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31/12/2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: 3.1 IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26(IA) 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º/01/2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa a apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para as medidas de desempenho definidas pela administração. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". 3.2 Outras normas contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: Ausência de conversibilidade (alteração do CPC 02(IA) 21) - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40)). 4. Caixa e equivalentes de caixa: 31/12/2024 31/12/2023

Table with financial data for 31/12/2024 and 31/12/2023. Includes sections for Salários e bônus, Custos e despesas, Ativo contratual e intangível da concessão, Amortização acumulada, Ativo intangível, Crédito de imposto, Débito de imposto, and Total do balanço. Values range from 1.762 to 15.876.

Table with financial data for 31/12/2024 and 31/12/2023. Includes sections for Obrigações fiscais, Provisões para manutenção e investimentos, Manutenção e investimentos em rodovias, Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e administrativos e depósitos judiciais, and Débito de imposto. Values range from 2.253 to 114.115.

Este documento foi assinado digitalmente por Ediminas S A Editora Grafica Industrial De Minas. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código EB91-D404-6C66-533B.



continuação

Table with 3 columns: 01/01 a 31/12/2024, 01/01 a 31/12/2023, and descriptions of permanent differences and tax deferrals.

Table with 3 columns: 01/01 a 31/12/2024, 01/01 a 31/12/2023, and descriptions of operating revenue and other operating revenue.

(a) Refere-se a receita de contraprestação pecuniária recebida do Poder Concedente, conforme mencionado na nota explicativa nº 5. (b) Refere-se a receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços.

16. Custos, despesas e outras receitas operacionais por natureza:

Table with 3 columns: 01/01 a 31/12/2024, 01/01 a 31/12/2023, and descriptions of various operating costs and expenses.

(a) Refere-se à amortização do intangível somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2). Esta última no valor de R\$ 1.246 em 31/12/2024 e R\$ 1.005 em 31/12/2023.

17. Resultado financeiro:

Table with 3 columns: 01/01 a 31/12/2024, 01/01 a 31/12/2023, and descriptions of financial results including income tax and other financial items.

(a) Refere-se à amortização do intangível somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2). Esta última no valor de R\$ 1.246 em 31/12/2024 e R\$ 1.005 em 31/12/2023.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONCESSIONÁRIA RODOVIA MG 050 S.A.

(a) Receitas com rendimentos de aplicações financeiras, e atualização monetária da contraprestação pecuniária a receber do Poder Concedente, conforme mencionado na Nota 5. (b) Juros e variações monetárias das debêntures da 5ª emissão que correspondem a uma variação acumulada do IPCA mais 5,97% ao ano, conforme nota 8.

18. Resultado básico e diluído por ação:

A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do resultado básico e do resultado diluído por ação.

Table with 3 columns: 01/01 a 31/12/2024, 01/01 a 31/12/2023, and descriptions of basic and diluted earnings per share.

b) Reconciliação das atividades de financiamento

Table with 3 columns: 01/01 a 31/12/2024, 01/01 a 31/12/2023, and descriptions of financing activities including debt and equity changes.

A Companhia classificou os juros pagos sobre debêntures como um fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois os recursos captados têm sido utilizados pela Companhia para o reforço de seu capital de giro.

20. Instrumentos financeiros:

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

21. Gestão de risco de custo:

A administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido.

22. Informação por segmento:

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual há informações financeiras individualizadas.

base em preços); • Nível 3: são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31/12/2024 a Companhia mantém os instrumentos financeiros divulgados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois considera outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos. A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos no exercício findo em 31/12/2024.

Valor contábil

Table with 3 columns: Valor contábil, Cenário provável, and Cenário III, showing values for various financial instruments.

À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, as atualizações tiveram como base a taxa DI no encerramento do exercício.

Modalidade

Table with 3 columns: Valor contábil, Juros estimados (a), and Até mais de 90 dias, showing values for different modalities.

(a) Fluxos de caixa futuro relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31/12/2024 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.

nota explicativa nº 8. (c) Conforme nota explicativa nº 4. Exposição a riscos cambiais: Em 31/12/2024, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. b) Risco de crédito: Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro.

Valor Contábil

Table with 3 columns: 31/12/2024, 31/12/2023, and descriptions of various financial items.

(a) Fluxos de caixa futuro relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31/12/2024 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.

Modalidade

Table with 3 columns: Valor contábil, Juros estimados (a), and Até mais de 90 dias, showing values for different modalities.

(a) Fluxos de caixa futuro relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31/12/2024 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.

Brendon Azevedo Ramos - Diretor Presidente

Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Luis Felipe Araujo de Carvalho - CRC 1SP-337989

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Concessionária da Rodovia MG050 S.A. - Divinópolis - MG. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia MG050 S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

relativas ao exercício findo em 31/12/2024. Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio: Veja as notas explicativas 2.9 e 15 das demonstrações financeiras. Principais assuntos de auditoria: A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações, de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia.

ras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/EB91-D404-6C66-533B> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: EB91-D404-6C66-533B



### Hash do Documento

nP/loIBlwzVKKcfDNLvbkFyJbls1pDZoNUsG1j2Y7AU=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/04/2025 é(são) :

- Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) -  
19.207.588/0001-87 em 07/04/2025 21:53 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA  
INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

